

Executivo prepara seu texto para Constituinte

O presidente José Sarney tentará influir sobre o trabalho de elaboração da nova Constituição não apenas através do estímulo a parlamentares constituintes de sua confiança, para que apresentem propostas de seu interesse. A influência será mais direta e objetiva: alarmado com o que classifica de "aberrações" contidas no anteprojeto da Comissão de Sistematização, o presidente da República decidiu que o Executivo deve preparar um projeto alternativo e encaminhá-lo à Assembleia Nacional Constituinte, a título de "colaboração". Apesar dos desmentidos de ontem, a notícia foi confirmada pelo ministro Paulo Brossard, da Justiça.



Vários ministérios e órgãos de assessoria presidencial estão envolvidos nesse trabalho — entre eles o Ministério da Justiça e a consultoria geral da República, que desde terça-feira à noite estão empenhados em redigir os capítulos constitucionais que lhes foram destinados. Os textos preparados em cada órgão serão encaminhados ao Palácio do Planalto, a quem competirá dividi-los e fazer sua distribuição entre parlamentares pertencentes ao chamado "Centro Democrático". Esses parlamentares aparecerão como "autores" das propostas contidas no anteprojeto do governo, apresentando-as à Comissão de Sistematização nos próximos dias.

Encomenda

Ao Ministério da Justiça foi encomendado anteprojeto relativo a três capítulos — "Organização do Estado", "Poder Judiciário" e "Ministério Público". Para realizar o trabalho, reuniram-se a partir das 22 horas de terça-feira, na sala da Consultoria Jurídica do MJ, segundo andar do edifício do Ministério, cinco especialistas: Almiro Couto e Silva, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Galeno Lacerda, desembargador e professor da UFRS; José Fernando Cirne Lima Eichemberg, secretário-geral do Ministério da Justiça; Luis Antônio Guimarães Marrey, chefe de Gabinete; e Sérgio Porto, consultor jurídico. As 8 horas da manhã de ontem, estava pronta a encomenda — um alentado volume que seguiu para a datilografia e à tarde foi encaminhado ao Palácio do Planalto.

Ontem pela manhã, ao final do trabalho de redação, o ministro Paulo Brossard desceu à sala onde o grupo estava reunido e fez uma última revisão dos três capítulos. O resultado agradou-o. "Naturalmente não é uma obra perfeita, pois foi escrita em pouco mais de dez horas. Mas levando-se em conta a pressão o trabalho está bom".

Ingerência

"O país precisa de uma Constituição séria, não de um almanaque", argumenta Brossard para justificar a apresentação do anteprojeto do Executivo à Constituinte. A ideia vinha sendo cogitada há algum tempo por Sarney, mas a decisão foi tomada somente na última segunda-feira, após ele ter ocupado o fim-de-semana com a leitura do anteprojeto apresentado pela Comissão de Sistematização. Segundo Brossard, que retornou da Europa no domingo, o presidente mostrou-se muito preocupado com o texto ("Com uma Carta como esta — afirmou na ocasião — o país será ingovernável") e decidiu abandonar a postura de não-ingeração nos assuntos da Constituinte.

"Até hoje — explica o ministro da Justiça — não houve por parte do governo Sarney qualquer interferência na Constituinte. Mas o presidente não poderia manter essa postura diante dos absurdos, das bobagens inscritas no anteprojeto".

Quanto à proibição de emendas que entrem no mérito de temas, é perfeitamente contornável.

Josemar Gonçalves



Cabral (D) não conhecerá projeto; Ulysses é dúvida

Santana desmente sua participação

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Santana (PMDB-BA), negou ontem ter conhecimento ou participação na elaboração de um anteprojeto de Constituição pelo Palácio do Planalto, dos quais seriam colaboradores o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), o consultor-geral da República, Saulo Ramos, e o jurista Miguel Reale. Santana disse que o seu trabalho tem sido o de coordenar a feitura de uma série de emendas ao anteprojeto da Comissão de Sistematização e tentar um entendimento suprapartidário em torno delas, que, se bem sucedidos resultará no esboço definitivo da nova Constituição do país.

O ponto de honra para o sucesso das negociações é devolver ao presidente da República a chefia do governo, mantendo a chefia do Estado e das Forças Armadas. Segundo Santana, o anteprojeto como está agora pulveriza o Executivo, tornando o país ingovernável: "O que queremos é um sistema de governo que tanto pode ser chamado de neopresidencialismo quanto de neoparlamentarismo; nesse sistema, o presidente mantém as chefias do Estado, do governo e das Forças Armadas, mas, por um dispositivo constitucional, fica estabelecido que ele só exerce o poder Executivo através do Conselho de Ministros e do primeiro-ministro".

Quatro parlamentares estão envolvidos na elaboração das emendas ao capítulo destinado ao sistema de governo: o próprio Santana e os deputados Prisco Viana, Marcos Lima (PMDB-MG) e Expedito Machado (PMDB-CE). De acordo com o líder governista, a intenção de seu grupo não é aprovar um sistema pensando no governo Sarney, que só seria afetado em seu último ano de

Prisco só vê ação do líder

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) também negou a elaboração de um projeto constitucional pelo Poder Executivo. Afirmou que o único trabalho feito nesse sentido é a articulação da liderança do governo na Constituinte, através do deputado Carlos Santana (PMDB-BA), apresentando emendas que alterem a forma e o conteúdo do texto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Viana desmentiu também a versão de que ele seria o porta-voz do Palácio do Planalto para defender emendas elaboradas pelo governo.

Segundo Prisco Viana não existe qualquer intenção do governo em interferir na Constituinte. Acrescentou que o fato de existir a figura do líder do governo isenta o Palácio do Planalto de qualquer ação direta sobre a Assembleia. "O Poder

gestão (1989), mas resolver principalmente o futuro do presidente eleito diretamente pelo povo, que não se submeteria a ser uma simples figura decorativa, após contar com mais da metade dos votos do eleitorado do país: "Isso significaria, mais uma vez, o fim do parlamentarismo no Brasil. Alguns presidencialistas já dizem que, se eleitos, seu primeiro ato será convocar um plebiscito para retornar ao sistema presidencialista".

Furado

A palavra de ordem do grupo liderado por Santana é apresentar até a meia-noite de hoje uma série de emendas de mérito à Comissão de Sistematização, sem levar em consideração a proibição regimental que só permite, nessa fase, emendas técnicas e de redação: "Esse regimento interno da Constituinte sempre foi "furado", em todas as fases dos trabalhos. Além do mais, quem é soberana é a Constituinte e não o seu regimento.

Entre as mudanças a serem propostas nas emendas de seu grupo, Santana enfatizou a busca de um aperfeiçoamento do conceito da reforma agrária no sentido de procurar atender ao programa do PMDB, sem no entanto significar a guerra no campo: "Esse que está aí repercutiu muito negativamente dentro do próprio PMDB"; a retirada da anistia por merecimento desde 1946 — o seu grupo propõe a manutenção da anistia por reintegração por antiguidade, tal qual foi feita a partir de 1961, pela emenda nº 26, de 1978; e a tentativa de um entendimento com os trabalhadores, no sentido de discutir algumas vantagens obtidas no capítulo da ordem social, como, por exemplo, a estabilidade e a redução da jornada para 40 horas, que talvez o Estado não tenha condições de bancar.

Executivo só faz esse tipo de trabalho no Congresso Nacional, jamais na Constituinte".

Para ele o sistema "híbrido" proposto no relatório Cabral, poderá gerar graves consequências e conflitos entre governo e empresários. Por isso, o deputado defende a "definição imediata do sistema capitalista".

Prisco Viana acredita que uma solução imediata deverá ser tomada em relação do regime de governo. "O neoparlamentarismo proposto torna o país, no mínimo, ingovernável". Ele acha que para se evitar desentendimento entre o presidente da República e o Primeiro-Ministro é necessária a adoção do parlamentarismo puro. "Se não der, ficamos com o presidencialismo que na minha opinião é melhor".

Para Cabral, iniciativa não faz diferença

"Se o Presidente quiser pode fazer seu anteprojeto. Eu vou fazer o meu". Com esta frase o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) resumiu ontem sua posição sobre as informações que circulam no Congresso de que o governo estaria elaborando um anteprojeto de Constituição.

Bernardo Cabral tentou amenizar as versões de que o Planalto estaria "armando" uma estratégia para interferir nos trabalhos da Constituinte afirmando que "todas as pressões sobre a Constituinte são legítimas, desde que feitas pelo canal democrático".

Para o relator da Comissão de Sistematização, este canal já existe: "A liderança do governo nesta Casa é identificada, portanto não tenho nada a opor ao trabalho que está sendo realizado", afirmou.

Assim como o presidente Sarney e todos os políticos, ele também não gostou do anteprojeto. Bernardo Cabral fez questão de ressaltar, no entanto, que até agora a comissão só pôde fazer o trabalho de compatibilização das propostas das comissões temáticas. Em exames feitos ontem pela manhã no Hospital de Base e ficou constatado que Cabral está com uma pequena estafa.

Já o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) reagiu de forma incisiva às pressões do Planalto. O deputado fez questão de frisar que a Constituinte "não vai receber prato feito. Governo é uma coisa, Constituinte é outra", disse Adolfo Oliveira.

Adolfo Oliveira concluiu afirmando que não vê nenhuma viabilidade técnica e nem política para o governo elaborar seu próprio anteprojeto de Constituição.

Comissão vai descartar o substitutivo

O vice-presidente da Comissão de sistematização, deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), assegurou ontem à noite quando presidia a reunião, que não poderá ser apresentado substitutivo ao projeto de Constituição do relator-geral, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). A explicação do vice-presidente foi uma resposta à indagação do deputado José Costa (PMDB-AL) sobre as informações de que o presidente Sarney, através do grupo de parlamentares que o apóiam na Constituinte, apresentaria um substitutivo ao anteprojeto elaborado por Bernardo Cabral.

"Nos termos do regimento, a apresentação de substitutivos cabe exclusivamente à Comissão de Sistematização, depois de emendado o projeto que foi a plenário", reforçou Aluizio Campos acrescentando que esta orientação deverá ser seguida tanto pela presidência da Comissão de Sistematização como pela presidência da Assembleia Constituinte. Na verdade, tanto o regimento interno da Comissão como o da Assembleia proíbem a apresentação de emendas que substituam integralmente o projeto ou o substitutivo ou que digam respeito a mais de um dispositivo.

O deputado Aluizio Campos esclareceu ainda que nesta fase de trabalhos da Comissão, que termina hoje, somente poderão ser apresentadas emendas de adequação e não de mérito como querem diversos constituintes, à exceção das propostas relativas à Comissão da Família, da Educação e da Cultura, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, que teve o seu relatório elaborado pelo relator Bernardo Cabral.